

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

1

ABRIL . MAIO. JUNHO DE 1976

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral
do
Secretariado Nacional de Liturgia

Director: ANÍBAL RAMOS
Redactor: JOSÉ FERREIRA
Administração: Seminário de Aveiro
Telef.: 034 - 22172

Condições de assinatura anual:

Via Normal:

Continente, Ilhas e Espanha . 60\$00

Outros países 90\$00

Via Aérea:

Estrangeiro 120\$00

Número avulso 20\$00

1

Abril-Maio-Junho

1976

Apresentação — *D. João Alves*
Um boletim de Pastoral Litúrgica — *L. Ribeiro*
Páscoa, uma nova criação — *J. Ferreira*

SITUAÇÕES PASTORAIS

Sugestões para valorizar o acto penitencial
O Salmo responsorial:
Introdução
Melodias — *M. Luís*
«Celebração da Penitência»
Livros litúrgicos para a celebração da Missa

NOTICIÁRIO

Secretariado Nacional de Liturgia
Nova edição típica do *Missale Romanum*
A data da celebração da Páscoa

Composto e Impresso na «Gráfica de Coimbra» — a tiragem é de 5 000 exemplares

Com o presente número começa a publicar-se o Boletim de Pastoral Litúrgica, órgão da responsabilidade do Secretariado Nacional de Liturgia, e dá-se, deste modo, satisfação a todos aqueles que desejavam apparecesse entre nós uma edição deste género.

Na verdade, tornava-se evidente a falta de uma publicação que facilitasse o contacto a dentro do campo da Liturgia, quer entre o Secretariado Nacional e as Comissões Diocesanas, quer entre estes e as próprias Comunidades Cristãs do nosso País.

Só assim, veiculando em circuito vivo, conhecimentos, informações e experiências é que se pode pensar em criar, manter e desenvolver um autêntico movimento litúrgico português.

O Boletim de Pastoral Litúrgica apparece com a missão de procurar realizar, com simplicidade, estes anseios, que apontam para uma real necessidade da pastoral da Igreja em Portugal.

É ambicioso, havemos de confessá-lo, tal projecto, mas realizável, se se pensar nas demonstradas possibilidades da Equipa que forma o Secretariado Nacional de Liturgia.

★

Como tantas vezes acontece, a novidade das coisas que começam, nem sempre é tanta como à primeira vista se pensa.

Com frequência, trazem dentro de si riquezas herdadas de outros cujos nomes nem sempre são conhecidos.

Coisa semelhante se passa com o Boletim de Pastoral Litúrgica. Novo em alguns dos seus aspectos e objectivos, é portador, ao nascer, do valor e impulso de outros dois boletins, que o antecederam.

Referimo-nos ao boletim «Liturgia» e ao «Boletim de Informação Litúrgica». O primeiro, da responsabilidade do Secretariado Nacional de Liturgia, ficou a dever-se ao dinamismo e dedicação do seu director, P. António Barbosa Pinto, que a morte traiçoeiramente roubou ao nosso convívio, quando tanto havia ainda a esperar das suas inegáveis qualidades de inteligência e de trabalho.

O segundo com uma vida mais longa e cheia de méritos, apareceu em 1965 e publicou-se até há pouco e era órgão da «Comissão de Liturgia e Música Sacra» de Lisboa, que decidiu integrá-lo no Boletim de Pastoral Litúrgica, para permitir uma melhor conjugação de esforços e um mais eficiente serviço à Liturgia, entre nós.

Ao aparecer hoje o novo Boletim do Secretariado Nacional de Liturgia é justo render sincera homenagem às referidas publicações que o antecederam e a todos quantos as serviram com competência e dedicação. De modo particular o reconhecimento vai para a Comissão de Liturgia de Lisboa e para a Direcção do seu Boletim, que tão generosa e lucidamente souberam tomar como seu o interesse nacional, ultrapassando direitos e méritos próprios legítimos.

*

Ao concluir estas despretensiosas palavras, a Comissão Episcopal de Liturgia congratula-se com a feliz decisão do seu Secretariado Nacional e decididamente o felicita.

Tanto mais que acredita, antecipadamente, que esta publicação muito irá ajudar o desenvolvimento, em Portugal, da verdadeira pastoral litúrgica.

Por um lado contribuirá para o exacto conhecimento e observância das determinações e orientações da Santa Sé e da Conferência Episcopal Portuguesa, por outro incrementará autênticas iniciativas litúrgicas e facilitará o seu conhecimento.

Tudo, em conjunto, ajudará a servir da melhor forma o Povo de Deus orante.

Que os propósitos e sonhos de hoje sejam amanhã, com a ajuda de Deus, para todos nós reconfortantes realidades.

Fátima, 26 de Abril de 1976

† JOÃO ALVES, *Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia*

Um Boletim de Pastoral Litúrgica

Foi-me solicitado pelos redactores deste Boletim um pequeno artigo subordinado ao tema: «Um Boletim de Pastoral Litúrgica».

Duas razões me levaram a responder afirmativamente: a amizade que nos une, na equipa do Secretariado, e a simplicidade com que o Boletim se quer apresentar.

Este pequeno artigo não constituirá no entanto uma linha programática a que o Boletim deva obedecer, mas será antes o expressar de votos de alguém que se alegra com o seu aparecimento, sabendo que o simples facto de existir ultrapassa os sonhos da imaginação. A vida não suporta limites impostos de fora. Será o seu evoluir, com a ajuda e colaboração de todos os seus amigos, que nos dirá o que é um Boletim de Pastoral Litúrgica em Portugal.

De qualquer modo um Boletim de Pastoral Litúrgica deverá obedecer às próprias leis da liturgia: as leis do diálogo de Deus com o seu povo. Deus revelou o seu plano de salvação e fê-lo numa linguagem humana de gestos, símbolos e palavras de modo a poder ser entendido pelos homens. E nos últimos tempos falou-nos em seu Filho, Palavra feita carne, que usou os conceitos e categorias do seu tempo e do seu país.

A Igreja continua levando por diante este processo histórico de salvação anunciando, celebrando e interpretando a Palavra para os homens e com os homens de todos os tempos e culturas.

A liturgia, ao celebrar e interpretar esta presença de Deus e do seu Cristo na vida e na história dos homens, tem em vista o encontro pessoal e comunitário dos homens com Deus por Cristo, no Espírito. Para isso é necessário que a transmissão, representação e interpretação do mistério seja acessível aos homens de hoje de modo a suscitar neles uma resposta de fé, uma adesão livre e responsável.

Um Boletim de Pastoral Litúrgica deverá pois manter o equilíbrio e relação entre estes dois polos: deverá ser fiel ao dom de Deus e aos homens que o celebram. A liturgia é dom de Deus aos homens mas é também celebração feita por homens; visa a sua santificação mas é também intérprete da sua existência; é anúncio de salvação mas também resposta na fé e no culto. A vitalidade da liturgia manifesta-se também na sua capacidade de escutar os homens e de os levar à maturidade cristã.

Um Boletim de Pastoral Litúrgica deverá estar ao serviço desta transmissão fiel da mensagem tornando-a acessível e adaptando-a à mentalidade dos homens que celebram. Deverá educar à compreensão dos símbolos sagrados e traduzi-los na sua cultura. Deverá ajudar a criação, tradução e adaptação da linguagem e formas litúrgicas, atendendo às necessidades e características das diversas assembleias ou grupos.

Um Boletim de Pastoral Litúrgica em Portugal deverá ter em conta não só a índole histórica da salvação mas também a realidade histórica portuguesa; deverá atender à índole progressiva da história da salvação mas também à índole progressiva da resposta humana pessoal e comunitária; terá uma função informativa mas principalmente formativa, educadora do espírito litúrgico a partir das situações concretas e ajudando a criar celebrações correspondentes.

Nas preocupações de um Boletim de Pastoral Litúrgica estará sempre presente a comunicação efectiva nos sinais do culto e a celebração festiva do dom de Deus e da existência humana. Isto significa que entram em jogo várias ciências, teológicas e humanas, e várias artes da palavra e do gesto, do canto e da festa, da educação e da animação.

A necessidade sentida a nível nacional de uma publicação deste género é garantia do bom acolhimento que o Boletim irá ter e do serviço que poderá prestar aos vários grupos e comunidades. Que ele possa constituir à sua volta uma verdadeira família litúrgica empenhada na renovação pastoral segundo o espírito do Vaticano II.

L. RIBEIRO

Páscoa, uma nova criação

Estamos em pleno tempo da Páscoa. A consciência cristã dos nossos dias precisa de recuperar o sentido e de viver do espírito deste tempo litúrgico, que foi o primeiro depois do domingo, a ser celebrado pela comunidade cristã. O Tempo Pascal é mais antigo do que a própria Quaresma, pois que dele se encontram testemunhos já desde os fins do século II.

O Tempo Pascal

Nascido da própria Vigília pascal e como que a prolongar-lhe a festa, o Tempo Pascal é o «laetissimum spatium», o tempo cheio de alegria, aliás como o domingo, numa expressão mais ampliada, a celebrar a totalidade da nova Aliança. O Tempo Pascal é a festa prolongada durante sete semanas até se concluir com a repetição do Primeiro Dia, o dia da Ressurreição, no domingo de Pentecostes. Ele é a verdadeira oitava pascal — oitava de domingo — e todo ele um único *Grande Domingo*, como se exprime S. Atanásio (+ 373; *Ep. fest.* 1). Assim como o Tríduo Pascal — Sexta-feira Santa, Sábado Santo e Domingo da Ressurreição — fazem um todo único, e qualquer dos três dias não tem consistência nem é celebrado sem os outros, assim também os cinquenta dias do Tempo Pascal fazem um só grande tempo de festa, em que nenhum dos dias é por assim dizer autónomo. O *Calendário Romano* (fascículo oficial que deverá aparecer no início do *Missal Romano*) diz: «Os cinquenta dias desde o Domingo da Ressurreição até ao

Domingo de Pentecostes celebram-se na alegria e no júbilo como um único dia de festa, mais, como o «grande Domingo» (*Cal. Rom. 22*).

O ponto de partida é a ressurreição do Senhor; o seu termo é a descida do Espírito, o dom pascal por excelência, a comunicação da vida do Ressuscitado. Mas nem o Domingo da Ressurreição (no primeiro domingo), nem o Domingo de Pentecostes (no oitavo domingo), nem a Solenidade da Ascensão (no 40.^o dia ou, agora entre nós, no 7.^o domingo) constituem festas isoladas ou autónomas; são apenas momentos especialmente significativos dum grande tempo de festa, como as celebrações desses dias constituem as grandes assembleias na celebração do mesmo e único mistério: a nova Aliança no sangue de Jesus, da vitória sobre a morte, penhor e fonte da vida na comunhão, para sempre, com o Pai.

A charneira onde se articula o Tempo Pascal com o Tríduo Pascal, donde ele nasce, é a Vigília na santa noite da Páscoa. No solene «anúncio da festa pascal» que é o «Exultet», o diácono refere-se ao nascer do Astro que não conhece ocaso, Jesus Cristo, ressuscitado de entre os mortos, vivo e glorioso para sempre. Pois é este dia sem ocaso, nascido com a Ressurreição, que o Tempo Pascal procura simbolizar e como que eternizar nos limites simbólicos das sete semanas festivas, a concluir com o retorno do Primeiro Dia, no oitavo domingo, o de Pentecostes.

Algumas alterações

É a consciência, agora reencontrada, da unidade de todo o Tempo Pascal que levou a certas alterações na organização e na nomenclatura dos dias deste tempo. Assim:

- a) Os domingos do Tempo Pascal já não se chamam como até aqui «domingos depois da Páscoa», mas II, III, IV, etc., domingo da Páscoa; é que todo o Tempo Pascal é celebração da Páscoa, ao longo de toda a cinquentena pascal.
- b) O Domingo de Pentecostes não é já considerado como *uma* festa autónoma, mas como o termo, diríamos a clausura, da celebração pascal (os antigos chamavam-lhe precisamente «clausum Paschae», a clausura da Páscoa). Trata-se ainda de uma festa pascal, mesmo do vértice da Páscoa, porque o Espírito que é dado é o fruto por excelência da morte do Senhor;

é Ele que vem fazer a «nova criação» (2 Cor 5, 17), a humanidade nova dos que nascem «da água e do Espírito» (Jo 3, 5). Daí que o Domingo de Pentecostes voltou a não ter a sua oitava; é ele que é a oitava — o oitavo domingo da Páscoa — ou, talvez melhor, o encerramento da grande oitava, no fim das sete semanas do Tempo Pascal. Quanto à antiga vigília, no sentido que a palavra vigília então possuía, de preparação para a festa, até com jejum, ela era mais uma prova de que se tinha perdido a consciência de unidade do Tempo Pascal e do seu carácter festivo. O jejum do Pentecostes é a Quaresma. Mas, se por vigília entendermos a celebração nocturna da festa, como agora acontece na Vigília Pascal, então também o Domingo de Pentecostes pode ser celebrado em vigília, durante a noite, à maneira do Domingo da Ressurreição, e para isso o Missal e o Leccionário trazem os formulários adequados.

- c) Também a Ascensão não é uma festa autónoma, mas uma solenidade da Páscoa, completamente integrada no Tempo Pascal, que aliás nem sempre foi celebrada no 40.º dia, tanto ela era considerada como mais uma maneira de expressar a exaltação do Senhor, na linha da Ressurreição. Por isso não é tão anormal, como possa parecer à primeira vista, que a Ascensão seja agora celebrada no sétimo domingo da Páscoa. Assim, também a Ascensão perdeu, naturalmente, a sua vigília e a sua oitava. Eram uma anomalia.
- d) Em compensação, os textos que enchiam outrora a «oitava do Pentecostes», passaram agora a ocupar os dias feriais da sétima semana, que ficam assim fortemente marcados pela alusão ao Espírito. Mas não se trata de preparar a celebração de outro mistério diferente do celebrado em todo o Tempo Pascal, mas apenas de ir até ao termo do mistério pascal, até à comunhão no Espírito, Aquele que há-de revelar até ao fim aos discípulos de Jesus o mistério da sua Páscoa.

Nesta perspectiva não admira que o nome de Pentecostes possa ter sido dado outrora, não ao oitavo domingo como agora acontece, mas a todo o Tempo Pascal, «as sete semanas do grande Pentecostes» (S. Atanásio, *Ep. fest.* 2). O nome de Pentecostes, de origem grega, significa propriamente «quingentésimo» (dia); mas a palavra parece

ter sido aplicada, talvez já desde o século II, também a todo o conjunto dos cinquenta dias do Tempo Pascal, a significar a «cinqüentena», o que confirmaria a consciência de unidade de todos estes dias, desde a sua origem. Talvez que a tradução da Vulgata: «Cum complerentur dies Pentecostes...» (Act 2, 1), no plural, e que se refere claramente a um espaço de tempo: «Ao terminarem os dias do Pentecostes», (quando o texto primitivo parece ter trazido o singular, referido a um só dia), seja mais um testemunho de que a designação «Pentecostes» se aplicou outrora a toda a cingüentena pascal. Pentecostes seria então o primitivo nome do que chamamos hoje Tempo Pascal.

Espiritualidade Pascal

A redescoberta da preparação para a Páscoa, que é a Quaresma, foi certamente uma grande graça para a Igreja, a qual foi por sua vez devida à redescoberta da própria Páscoa. Aliás a Páscoa nunca esteve ausente da consciência cristã, pois que o Mistério Pascal constitui o coração de todo o cristianismo, e a celebração da Páscoa o centro de toda a liturgia cristã. Mas o que é estranho é que esta redescoberta da Páscoa não se tenha estendido ainda, ao menos na consciência de muitas comunidades cristãs, a todo o Tempo Pascal. Possivelmente em razão das distorções litúrgicas atrás referidas e que duraram séculos, mas talvez mais ainda pela dificuldade que todos temos em aceitarmos que o cristianismo é antes de tudo um *dom*. A Quaresma prepara-nos para este dom na luta ascética e na purificação, o que é aliás exigência bem humana. A comunidade cristã nunca o ignorou. Mesmo antes de ter instituído uma Quaresma, já, e desde o princípio, ela conhecia a penitência que é conversão, e sem a qual não se pode entrar no Reino de Deus (cf. Mc 1, 15). Por consciência do próprio pecado, por experiência de uma vida cheia de negativos, pelos limites angustiantes que nos envolvem por todos os lados, facilmente aceitamos, ao menos em princípio, a necessidade de purificação, de libertação, de renovação. Foi talvez ainda nesta linha que os mistérios da paixão, ao menos na sua expressão dramática, encontraram sempre fácil aceitação entre o povo. E é ainda assim que a Semana Santa é ainda para muitos, acima de tudo, a Sexta-feira Santa, mas como que isolada no seu quê de quase trágico. Mas penetrar no mistério do Domingo, o «primeiro dia da semana» (Jo 20, 1), ultrapassar o «drama do Calvário», reconhecer o «jardineiro» da manhã da ressurreição junto do túmulo vazio (Jo 20, 15), não ser «tardo de coração» para compreender o viajante da estrada de Emáus

«na tarde daquele dia» (Lc 24, 25), ser enfim capaz de reconhecer o «dom de Deus» (Jo 4, 10) na vida que surge da morte, quedar-se na contemplação que leva à acção de graças em louvor — em eucaristia — perante «o dia que o Senhor fez», e prolongar este estado de alma para além da Vigília pascal, no meio das ocupações diárias de uma existência todos os dias dolorosa e interrogante, encontrar para a morte a resposta da vida naquele que, pela obediência até à morte, foi exaltado pelo Pai até à sua direita e dele recebeu um nome que está acima de todo o nome, o nome divino de SENHOR — tudo isso, foi capaz de o descobrir já uma Igreja sob a perseguição nos primeiros séculos, que soube inventar uma festa pascal de cinquenta dias, mas tem-nos sido a nós, parece, muito mais difícil de conseguir.

No entanto o Tempo Pascal quer ser esta acção de graças, vivida na alegria, que se apoia no mistério pascal consumado em Cristo. O Tempo Pascal é o tempo de *re-conhecer* e *agradecer*, de olhar para o sepulcro vazio, para a vitória sobre a morte, para a revelação da vida na plenitude divina com que ela se manifesta em Jesus Cristo ressuscitado, para o Espírito que invade a terra inteira para dela fazer a «nova criação» (cf. I Leitura da Vigília pascal) e nela uma nova humanidade, e, ao mesmo tempo, para esta terra devastada e às vezes desesperada, para esta humanidade que se afadiga em libertar-se de tanta escravidão, para este mundo que sempre atrai e desilude quando não se consegue ultrapassar a si mesmo, e, ao reconhecer tudo isto, cantar, em acção de graças, cheia de amor e de esperança, o Aleluia da Ressurreição.

A liturgia do Tempo Pascal sublinha muito todo este *reconhecer* e este *agradecer*. Partindo da Vigília, que é o momento de síntese de toda esta revelação e de toda esta atitude espiritual, a liturgia deste tempo perde-se, sobretudo nas primeiras semanas, como que na contemplação agradecida do Senhor que, na mesma carne que de nós recebeu e que nele foi por nós levada à morte, destruiu a morte e manifestou a vida: são as aparições do Ressuscitado, com aquela inefável condescendência do Senhor que mostra as mãos e os pés perfurados e o lado aberto, para que Tomé «creia» (II Dom.), é a imagem do Bom Pastor que dá a vida pelas ovelhas (IV Dom.), e é a vida da Igreja a nascer da Páscoa, totalmente apoiada nesta fé e nesta esperança, como a seara a nascer do grão de trigo, que morreu debaixo da terra (Actos dos Apóstolos lidos no Tempo Pascal). Nas últimas semanas, o pensamento volta-se mais para a promessa do Espírito: «Aquele que crê em mim, disse Jesus, de seu seio nascerão torrentes de água viva. Ele dizia isto falando do Espírito que haviam de receber aqueles que nele acreditassem» (Jo 7, 37-38). Para os que nascem da água e do

Espírito, como é todo o cristão, o tempo da Páscoa é o tempo de recordar e renovar o Espírito de que nasceram.

Entretanto, as leituras dos Actos dos Apóstolos recordam as viagens missionárias de Paulo e a expansão missionária da Igreja. São sempre os rios de água viva a jorrarem do trono do Cordeiro (Ap 22, 1) e a inundarem a terra inteira (cf. Ez 47, 1 sgs.). É o tempo de tomarmos consciência de que ser cristão é entrar nesta multidão que vai pelo mundo, como Maria de Magdala, anunciando que vimos o Senhor ressuscitado e que Ele nos disse estas coisas (Jo 20, 18).

O Boletim de Pastoral Litúrgica nasce no Tempo Pascal. Sinal, pequeno embora, desta vida da Igreja, que, por ser a de Cristo Ressuscitado, «não mais morrerá» (Rom 6, 9), aquela vida que nasceu do lado de Cristo aberto na Cruz e se manifestou na efusão do Espírito no dia de Pentecostes (Conc. Vat. II, SC 5 e 6). Vamos desejar-lhe que ele seja para nós uma ajuda na descoberta dos mananciais de água viva, que de Cristo correm para a Igreja na celebração dos mistérios da Liturgia.

O Tempo Pascal é tempo bom para nascer, e nascer do Espírito!

J. FERREIRA

Sugestões para valorizar o acto penitencial

Duma maneira geral, todos os responsáveis da liturgia reconhecem que é bastante difícil integrar harmoniosamente o *acto penitencial* no conjunto da celebração eucarística.

As sugestões aqui apresentadas quereriam ser uma ajuda concreta para vencer tal dificuldade. Acentuamos que se trata apenas de sugestões. Cada comunidade e mesmo cada assembleia tem o seu estilo próprio de celebração e as suas necessidades particulares. Pertence ao responsável local da liturgia descobrir e realizar as formas que melhor se adaptem a esse estilo ou necessidades. O material que coligimos pode servir de ponto de partida para um tal trabalho.

O «Ordinário da Missa» apresenta 3 tipos de acto penitencial. Consiste um deles em concluir cada uma das invocações indicadas «ou outras» com Kyrie, eleison. Ora, a partir da Liturgia da Palavra de cada domingo é possível enriquecer e variar muito o acto penitencial com outras invocações e simultaneamente integrá-lo melhor no conjunto da celebração.

Nos esquemas que vão seguir-se aparecem em primeiro lugar sugestões de preparação penitencial que pretendem dispôr a assembleia a *deixar-se julgar* pela Palavra e depois três invocações destinadas a introduzir os três Kyrie, eleison (Senhor, tende piedade de nós, ou Senhor, misericórdia), que, a serem cantados, tornariam mais viva a participação da assembleia no acto penitencial.

3.º DOMINGO DA PÁSCOA

Nós somos pecadores:

Fechamos o coração à Palavra de Deus...
Temos medo de ser justos e santos...
Somos más testemunhas de Jesus...

(Invocações)

Senhor Jesus, Vós que sois Justo e Santo:
Cristo, que nos convidais à conversão e ao teste-
munho:
Senhor Jesus, Vós a quem o Pai ressuscitou dos
mortos:

4.º DOMINGO DA PÁSCOA

Nós somos pecadores:

Procuramos a salvação fora de Cristo: no dinheiro,
em falsos pastores e salvadores...
Não acreditamos verdadeiramente no amor do Pai...
Não vivemos o mandamento que Cristo nos deixou...

(Invocações)

Senhor, pedra angular que os homens desprezaram:
Cristo, crucificado para que nos tornássemos filhos
de Deus:
Senhor, Bom Pastor que mostrais aos homens o
caminho da Vida:

5.º DOMINGO DA PÁSCOA

Nós somos pecadores:

Pronunciamos muitas palavras de amor: mas corres-
pondem elas às nossas obras?
Damos poucos frutos para a glória de Deus, porque
pensamos muito nos nossos interesses...
Os nossos pecados desencorajam-nos, porque esque-
cemos que Deus é maior do que o nosso coração...

(Invocações)

Senhor, sois Vós a verdadeira cepa que nos alimenta
com a sua seiva:

Cristo, sois Vós que nos fazeis produzir frutos
abundantes:

Senhor, sois Vós que nos concedeis tudo o que
vos pedimos:

6.º DOMINGO DA PÁSCOA

Nós somos pecadores:

Nós pensamos que é possível amar a Deus sem nos
amarmos uns aos outros...

Nós fazemos distinções entre as pessoas e as classes
sociais...

Que cuidado temos nós em dar frutos que permaneçam para a Vida?

(Invocações)

Senhor, Vós nunca fizestes distinções entre as pessoas:

Cristo, Vós quereis fazer de todos os homens vossos
amigos:

Senhor, Vós nos mandais guardar os vossos mandamentos:

SOLENNIDADE DA ASCENSÃO DO SENHOR

Nós somos pecadores:

Nós esquecemos que Cristo está vivo e intercede
por nós...

O pensamento do Céu faz-nos desinteressar pelos
problemas da terra...

Descuidamos o anúncio do Evangelho...

(Invocações)

Senhor Jesus, a quem o Pai entregou todo o poder
no Céu e na Terra:

Cristo, que sois a Cabeça da Igreja, vosso Corpo
místico:

Senhor Jesus, que prometeis a salvação aos que
acreditam em Vós:

DOMINGO DO PENTECOSTES

Nós somos pecadores:

Nós opomos os nossos dons aos dos outros, esquecendo que eles vêm de um único Espírito...
Nós fazemos da fé em Jesus um assunto privado, esquecendo que ela é um bem para a comunidade...
Nós não manifestamos a alegria que nos causam as maravilhas de Deus...

(Invocações)

Senhor, que nos baptizastes no Espírito Santo:
Cristo, que nos confirmastes no Espírito Santo:
Senhor, que pelo Espírito nos reunis num só corpo:

SOLENIIDADE DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Nós somos pecadores:

Vivemos esquecidos de Deus...
Preocupamo-nos tanto com o que não é Ele...
É ainda a nós próprios que buscamos quando procuramos a Deus...

(Invocações)

Senhor, Vós que existis desde toda a eternidade:
Cristo, concebido pelo Espírito Santo no seio de Maria Virgem:
Senhor, elevado ao Céu onde intercedeis por nós:

SOLENIIDADE DO SANTÍSSIMO CORPO E SANGUE DE CRISTO

Nós somos pecadores:

Falta-nos fé na presença viva de Jesus no Santíssimo Sacramento...
Comungamos poucas vezes ou de maneira superficial...
Temos medo de seguir Cristo crucificado...

(Invocações)

Senhor Jesus, Vós fizestes uma Aliança eterna com os homens:

Cristo, Vós nos purificais de todo o pecado:

Senhor Jesus, Vós nos convidais a possuir o vosso Reino:

12.º DOMINGO COMUM

Nós somos pecadores:

Pensamos mais em nós próprios do que nos outros...

Deixamo-nos vencer pela violência, pela cólera e pelos desejos do prazer...

Temos tão pouca fé que até duvidamos que Deus nos ame e nos proteja...

(Invocações)

Senhor Jesus, Vós falais ao vento e ao mar e eles obedecem:

Cristo, Vós morrestes para que os homens deixem de pensar apenas em si próprios:

Senhor Jesus, Vós nos convidais a ser novas criaturas:

13.º DOMINGO COMUM

Nós somos pecadores:

Destruímos em nós a imagem de Deus e a sua vida...

Porque somos pobres de fé, falta-nos a alegria...

Damos sempre menos do que recebemos...

(Invocações)

Senhor, Vós criastes o homem à vossa imagem:

Cristo, Vós vos fizestes pobre para nos tornarmos ricos:

Senhor, só Vós tendes palavras de vida eterna:

14.º DOMINGO COMUM

Nós somos pecadores:

No nosso apostolado, contamos mais sobre as nossas
forças do que sobre a graça de Deus...
Deixamo-nos abater pelas adversidades...
Respondemos com indolência aos que nos convidam
à conversão...

(Invocações)

Senhor Jesus, enviado aos homens depois dos pro-
fetas:
Cristo, que vencestes o mundo pela vossa cruz:
Senhor Jesus, cuja força actua na nossa fraqueza:

15.º DOMINGO COMUM

Nós somos pecadores:

porque não honramos o nosso nome de cristãos...
porque contrariamos o projecto de amor de Deus a
nosso respeito...
porque, no nosso apostolado, pomos excessiva con-
fiança nos meios humanos...

(Invocações)

Senhor, que nos escolheste antes da criação do
mundo para sermos, na caridade, santos e irre-
preensíveis diante de Vós:
Cristo, que no vosso Sangue nos alcançastes o perdão
dos pecados:
Senhor, que dais o Espírito Santo àqueles que
acreditam em Vós:

16.º DOMINGO COMUM

Nós somos pecadores:

Falamos de paz, mas estabelecemos entre nós relações
de força...
Não temos amor nem confiança no nome de Cristo...
Não nos preocupamos muito com a sorte dos outros
homens...

(Invocações)

Senhor, Vós que sois o Bom Pastor, instrui-nos na vossa Lei:

Cristo, Vós que anunciastes aos homens a paz, derrubai os nossos muros de separação:

Senhor, que morrestes na cruz para de todos os homens fazer um só povo, reconciliai-nos com o Pai:

17.º DOMINGO COMUM

Nós somos pecadores:

porque não nos empenhamos em manter-nos em paz...

porque não repartimos do que temos com quem passa fome...

porque somos orgulhosos, violentos e impacientes...

(Invocações)

Senhor, tende piedade dos que esquecem a sua vocação cristã:

Cristo, tende piedade dos que recusam partilhar com os mais pobres:

Senhor, tende piedade dos que esbanjam a vossa graça:

J. C.

O Salmo Responsorial

«Depois da primeira leitura segue-se o salmo responsorial ou gradual, que é parte integrante da liturgia da palavra» (*Missal Romano*, Apres. Ger., n. 36). «É de grande importância o salmo que se segue à primeira leitura» (Orden. Geral do Leccionário da Missa, in Leccionário Ano A, p. 15, n. 9).

O salmo responsorial é o *cântido mais importante* da liturgia da palavra. É a resposta da assembleia, em forma lírica, à palavra escutada na leitura. «A proclamação da palavra suscita na assembleia que a recebe uma resposta: adesão de fé, expressão de penitência, meditação, súplica, louvor» (J. GELINEAU). Esta resposta à palavra de Deus escutada vai ser também a palavra de Deus, um *salmo*, e não uma outra palavra qualquer.

Este salmo, em princípio, deveria ser cantado. Chama-se-lhe *responsorial* (ou responsório) em razão da maneira como é executado: um solista (o salmista) canta os versículos e a assembleia *responde* com um refrão. É esta *resposta*, o refrão, que lhe dá o nome de *responsorial*.

Os versículos devem ser proclamados por *um só* cantor (e não por um coro), porque se trata de um texto que é proclamado em razão de si mesmo e, por isso, deve poder entender-se bem, tal como uma leitura. S. Agostinho considera expressamente este salmo como leitura. A situação do salmo responsorial é totalmente diversa da dos cânticos processionais (entrada e comunhão) ou do cântico depois da comunhão, ainda que sejam salmos.

O solista deve cantar os versículos no mesmo lugar em que foi proclamada a leitura; ele é também um *leitor*, leitor-cantor.

A atitude da assembleia é normalmente sentada, o que favorece o aprofundamento espiritual e a oração. Um salmo responsorial bem cantado e bem assimilado fornece uma bela experiência de oração a um tempo comunitária e pessoal.

O acompanhamento, se se fizer, será sempre discreto, e nunca deverá perturbar a assimilação do texto.

Não faz sentido a substituição do salmo por um cântico de outro gênero. Este tem o seu lugar, mas noutro momento da celebração.

Para facilitar a participação da assembleia, o Leccionário apresenta, no início de cada tempo litúrgico, uma série de refrães e até de salmos *comuns*, que poderão usar-se, e repetir-se em vários dias, em vez do salmo indicado a seguir à leitura.

No sentido de ajudar a participação neste momento da celebração apresentam-se a seguir os salmos responsoriais para os domingos deste ano B, até ao fim do mês de Julho; mas para os domingos que pertencem ao Tempo Comum, apresentam-se apenas alguns refrães e salmos comuns.

MELODIAS

Refrão comum do Tempo Pascal

M. Luis

Refrão

a-le-lu-ia a-le-lu-ia a-le-lu-ia

a-le-lu-ia

a-le-lu-ia a-le-lu-ia a-le-lu-ia

a-le-lu-ia a-le-lu-ia a-le-lu-ia

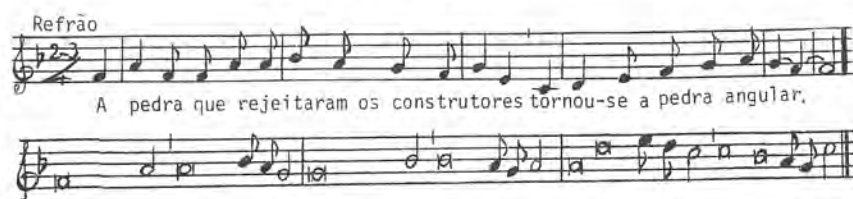
Terceiro Domingo da Páscoa

Refrão

Er- guei, Se-nhor, sobre nós a luz do Vós-so ros-to!

Quarto Domingo da Páscoa

Refrão



A pedra que rejeitaram os construtores tornou-se a pedra angular,

Quinto Domingo da Páscoa

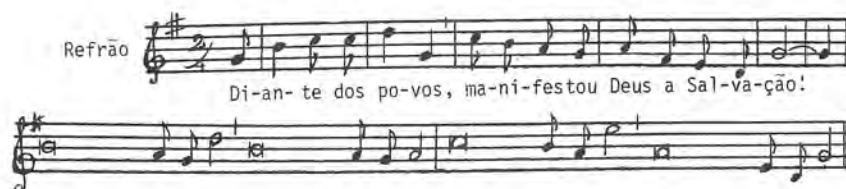
Refrão



Eu Vos lou-vo, Se-nhor, no mei-o da multi-dão! Eu Vos lou-vo, Se-nhor! Eu Vos lou-vo, Senhor!

Sexto Domingo da Páscoa

Refrão



Di-an-te dos po-vos, ma-ni-festou Deus a Sal-va-ção!

Sétimo Domingo da Páscoa

Solenidade da Ascensão

Refrão

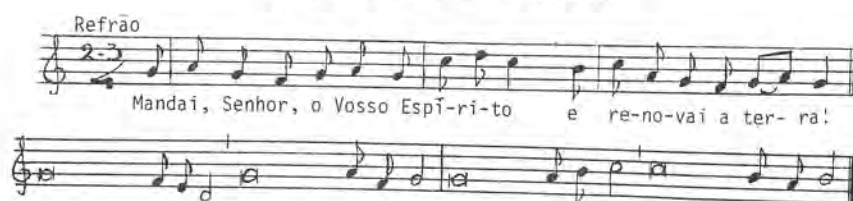


Ergue-se Deus, o Senhor, em jū-bi-lo e ao som de trombe-tas!

Oitavo Domingo da Páscoa

Solenidade do Pentecostes

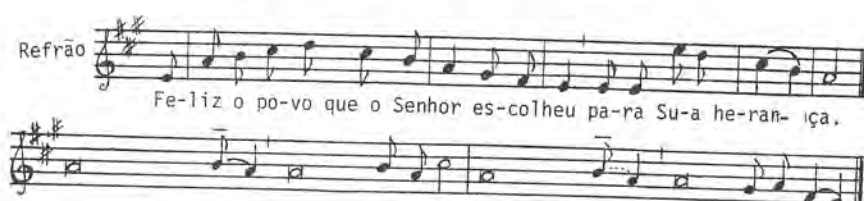
Refrão



Mandai, Senhor, o Vosso Espí-ri-to e re-no-vai a ter-ra!

Solenidade da SSma. Trindade

Refrão

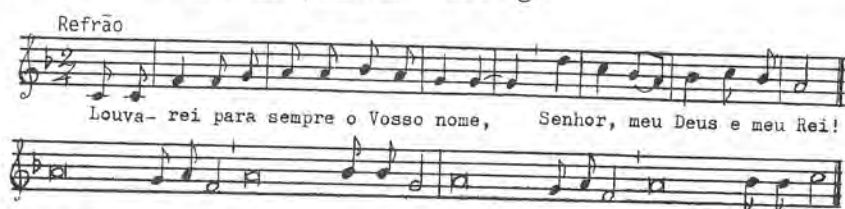


Fe-liz o po-vo que o Senhor es-colheu pa-ra Su-a he-ran-ça.

Domingos do Tempo Comum

Refrões comuns, que se podem cantar com o respectivo salmo (ver início do fascículo dos Domingos Comuns 9.^o a 20.^o, pp. 4 a 9), em vez do salmo indicado para cada Domingo.

Refrão



Louva-rei para sempre o Vosso nome, Senhor, meu Deus e meu Rei!

Refrão



A minha al-ma tem se- de de Vós, meu Deus! A minha al- ma tem se- de de Vós, meu Deus!

"Celebração da Penitência,"

A renovação litúrgica iniciada com o Vaticano II já se vai fazendo sentir entre nós e a publicação dos vários livros litúrgicos constitui um dos seus aspectos. Na sequência de muitos outros, acaba agora de sair em edição portuguesa o ritual da «Celebração da Penitência», livro litúrgico da maior importância, quer para a pastoral quer para a vida cristã do povo de Deus.

1. O *Decreto* de promulgação sintetiza já os vários aspectos fundamentais da liturgia da reconciliação. Mas são principalmente os *Preliminares* que nos apresentam toda a sua riqueza teológica. O mistério da reconciliação vem apresentado como acontecimento pascal da história da salvação que se continua na vida da Igreja.

A reconciliação aparece como o plano de Deus Pai, o qual nos ama primeiro e vem ao nosso encontro para que aceitemos o seu amor e o seu perdão. Esta vontade de salvação manifesta-se principalmente em Cristo Jesus, o qual pela sua morte e ressurreição realizou a perfeita reconciliação dos homens, libertando-os do pecado. E agora, no sacramento da reconciliação, é o mesmo Cristo que continua a sua obra de libertação e de reconciliação dos homens com Deus e entre si.

Este ministério de reconciliação confiou-o Cristo ressuscitado aos seus apóstolos ao infundir sobre eles o Espírito Santo com o dom

de perdoar os pecados. Este Espírito é aquele mesmo Espírito que nos reúne num só corpo e, por isso, o sacramento da penitência vem relacionado com os outros sacramentos e, de modo especial, com os sacramentos pascais do Baptismo e da Eucaristia (cfr. nn. 1-2).

A própria fórmula sacramental é bem expressiva da dimensão salvífica, trinitária e pascal deste sacramento: «Deus, Pai de misericórdia, que, pela morte e ressurreição de seu Filho, reconciliou o mundo consigo e infundiu o Espírito Santo para remissão dos pecados, te conceda, pelo ministério da Igreja, o perdão e a paz...».

2. Quaisquer que tenham sido as formas assumidas pelo sacramento da Penitência ao longo da história da Igreja, trata-se sempre do mesmo sacramento pascal de reconciliação. Impunha-se entretanto que alguns dos seus aspectos fossem mais valorizados e se tornassem mais expressivos da própria celebração.

O concílio Vaticano II, tendo em conta a experiência penitencial da Igreja e as circunstâncias dos novos tempos, estabeleceu que fossem revistos os ritos e as fórmulas da Penitência, de modo a exprimirem mais claramente a natureza e os efeitos do sacramento (cfr. SC 72).

Ora, um dos aspectos que estava um tanto esquecido e que recebeu agora uma nova luz diz respeito ao carácter comunitário da reconciliação. A dimensão eclesial da Penitência manifesta-se já na absolvição dada por intermédio da Igreja, mas ela torna-se ainda mais clara na celebração comunitária da reconciliação. De acordo com o Concílio, esta será a forma normal de celebrar o sacramento da penitência, pois, todas as vezes que os ritos implicam uma celebração comunitária, esta deve preferir-se à celebração individual e como que privada (cfr. SC 27).

A própria reconciliação de um só penitente aponta já para o sentido comunitário da reconciliação, uma vez que o penitente realiza uma verdadeira função litúrgica e eclesial na sua própria reconciliação (cfr. n. 11). E quanto mais a celebração individual se aproximar da celebração comunitária, com a oração e a palavra de Deus em comum, tanto mais ganhará em dimensão eclesial.

O novo ritual da Penitência prevê ainda a «Celebração da reconciliação de vários penitentes com confissão e absolvição geral» para certos casos excepcionais previstos no direito e a juízo do bispo diocesano.

3. Outro valor do ritual da Penitência, comum aliás a todos os outros rituais promulgados depois do Vaticano II, é o lugar concedido à palavra de Deus.

A Palavra proclamada no sacramento da Penitência é antes de mais a boa nova do amor de Deus e do perdão em Jesus Cristo. Palavra que se tornará eficaz na absolvição sacramental, mas também no testemunho vivo dos membros da Igreja.

Esta riqueza da palavra de Deus vem ainda acrescida na edição portuguesa, que não se contenta em transcrever as citações bíblicas mas apresenta o texto por extenso no próprio decorrer da celebração. A edição portuguesa apresenta ainda por extenso um amplo conjunto de leituras que na edição típica latina vêm apenas indicadas. Trata-se de uma iniciativa que vem facilitar uma maior participação na palavra de Deus e uma mais fácil escolha entre as várias hipóteses de celebração.

4. O novo ritual da Penitência vem lembrar-nos o que a tradição constante da Igreja nunca esqueceu: a celebração sacramental não é o único meio de reconciliação, pois toda a vida cristã deve ser um contínuo caminho de conversão, renovação e reconciliação.

Entre as várias formas, deve reconhecer-se de modo especial a importância e o valor da Eucaristia na concessão da graça divina do perdão e da força reconciliadora na vida dos cristãos. A participação plena na celebração eucarística, com os ritos penitenciais que inclui, aprofunda o processo de penitência e conversão do cristão, levando-o a manifestá-la, a seu tempo, na reconciliação sacramental.

Pensamos que as várias formas penitenciais, longe de desencorajarem a participação no sacramento, ajudarão, pelo contrário, a encontrar a verdade da sua celebração, situando-o no conjunto de sinais que manifestam a disposição permanente dos cristãos à conversão, à penitência e ao amor fraterno.

5. Entre as várias formas de penitência, o novo ritual dá relevo especial às celebrações penitenciais, distintas da celebração do sacramento. O ritual aponta algumas das suas vantagens (cfr. nn. 36-37) e estabelece normas em ordem à sua execução. Em apêndice propõe alguns modelos de celebração, que podem ser utilizados e acomodados às várias circunstâncias.

Nalguns casos, estas formas de celebração serão até mais realistas, tendo em conta o processo penitencial das várias pessoas e grupos, deixando à iniciativa pessoal a confissão sacramental.

6. O sacramento da Penitência não actua como gesto mágico. É uma celebração que se processa em clima de oração, em diálogo

entre Deus, que oferece o seu amor e o seu perdão, e o homem, que, reconhecendo este amor, confessa o seu pecado.

O novo ritual apresenta muitas orações e fórmulas opcionais, que podem ser utilizadas também noutras celebrações ou na oração pessoal. A edição portuguesa coloca estas orações no próprio texto da celebração, o que facilita a sua escolha de acordo com as circunstâncias.

7. Em ordem a uma celebração adaptada às várias regiões, culturas e grupos humanos, o ritual prevê ainda adaptações a fazer pelas Conferências Episcopais e pelo Bispo diocesano, bem como certas acomodações a fazer pelos presbíteros, sobretudo párocos (cfr nn. 38-40).

8. Juntamente com a «Celebração da Penitência», foi também editada uma separata contendo a «Celebração da reconciliação de um só penitente» de acordo com o próprio ritual e destinada aos penitentes. Foi ainda inserido na «Celebração da Penitência» um esquema que ajudará a compreender a ordem das celebrações e a utilizar as várias hipóteses.

Não se pode exigir do novo ritual que ele exprima todos os aspectos da reconciliação, se bem que deva ser expressivo do fundamental. Também se não pode exigir que ele seja adaptado a todas as circunstâncias e necessidades, se bem que se tenham previsto várias circunstâncias e modalidades de celebração correspondentes. Isto significa que não nos podemos dispensar de um esforço de abertura ao espírito e realizações da reconciliação. Pelo menos, nenhuma reforma litúrgica poderá dispensar-nos do esforço por compreender melhor uma celebração e por nos adaptarmos psicologicamente a ela.

Que o novo ritual da «Celebração da Penitência», quer nos seus *Preliminares* quer nos vários textos de celebração, constitua um verdadeiro instrumento pastoral na mão dos pastores e um valioso contributo para a renovação pessoal e comunitária de todo o povo de Deus.

Secretariado Nacional de Liturgia

CELEBRAÇÃO DA RECONCILIAÇÃO

de vários penitentes	de um só penitente
I. Ritos Iniciais	
1. Cântico	1. Acolhimento do penitente
2. Saudação	2. Sinal da cruz
3. Oração	3. Convite à confiança em Deus
II. Celebração da palavra de Deus	
1. Leitura do A. T.	Leitura (se for oportuno)
2. Salmo ou outro cântico ou silêncio	
3. Leitura do N. T.	
4. Leitura do Evangelho	
5. Homilia	
6. Exame de consciência	
III. Rito da Reconciliação	
1. Confissão geral: «Confesso a Deus»	1. Confissão geral: «Confesso a Deus»
2. Oração dos penitentes: — ladainha ou cântico — «Pai nosso» — oração presidencial	2. Confissão dos pecados Exortação à contrição Aceitação da satisfação Oração do penitente Absolvição
3. Confissão dos pecados Aceitação da satisfação Absolvição individual	
4. Proclamação do louvor	
	3. Proclamação do louvor
IV. Ritos de conclusão	
1. Bênção	Despedida
2. Despedida	

Livros litúrgicos para a celebração da Missa

Os livros litúrgicos para a celebração da Missa actualmente em uso, em consequência da reforma empreendida após o concílio Vaticano II, são o *Missal* e o *Leccionário*.

O *Missal* contém tudo e só (à parte raras excepções) o que diz respeito ao *presidente*, em concreto, o *Ordinário* e as *orações*; por extensão, também o texto dos *cânticos de entrada* e *de comunhão*, que se supõe serem recitados pelo presidente, na ausência de quem mais oportunamente o faça. O *Missal* é o livro do presidente (ou do altar).

O *Leccionário* contém as *leituras* e os *salmos responsoriais*. É o livro do leitor (ou do ambão ou estante).

Assim se apresentam as respectivas edições típicas, e esta apresentação corresponde a uma intenção, a de ir ao encontro de uma celebração verdadeiramente comunitária, segundo o princípio enunciado na Apresentação Geral do *Missal*, n. 58: «Na assembleia, reunida para a Missa, cada um tem o direito e o dever de dar a sua participação de modo diverso, conforme a diversidade da sua ordem e da sua função. Assim, todos, ministros ou fiéis, ao desempenharem-se da sua função, façam tudo e só o que lhes compete, de modo que, na própria organização da celebração se manifeste a Igreja, constituída nas suas diversas ordens e ministérios» (Apres. Ger. do *Missal*, n. 58; cf. SC 28).

O nome de *Missal* pode, no entanto, prestar-se a certa confusão, visto que o *Leccionário*, (cujo nome é este mesmo: *Leccionário*), leva também no frontespício o título geral de *Missal Romano*, embora não contenha nada além das leituras e salmos responsoriais. Assim, podemos dizer que o *Missal* se apresenta actualmente em duas secções: o *Missal*

propriamente dito, (os antigos chamaram-lhe o *Sacramentário*), e o *Leccionário*. Na edição típica vaticana, enquanto que o *Missale Romanum* (Ordinário e orações, e cânticos processionais) ocupa um só volume, o *Lectionarium Romanum* está distribuído por três volumes. Nas traduções nas diversas línguas, mantendo-se um só volume para o *Missal* (Ordinário e orações), o *Leccionário* terá sempre de aparecer em vários tomos.

Em Portugal, o caso, que, em breve, se espera tenha solução condigna, não está ainda completamente resolvido. Tanto o *Missal* como o *Leccionário* estão actualmente distribuídos por vários fascículos, fruto das circunstâncias em que, no momento, foi possível fazer a respectiva publicação. Os fascículos do *Missal* (orações) nem pretendem ser propriamente edições oficiais; são antes pró-manuscritos; basta observar a apresentação tipográfica, onde as páginas não apresentam a respectiva «cabeça», nem se indicam as páginas onde se encontram as orações, quando não estão todas juntas. Por outro lado, há alguns textos que nem sequer foram ainda traduzidos.

Os fascículos do *Leccionário* estão, nalguns casos, bastante fragmentados. Noutro lugar dão-se algumas sugestões para a encadernação dos vários fascículos. Mas o *Leccionário* terá sempre de ocupar vários volumes. Que nos conste, só a Inglaterra se atreveu a apresentá-lo num volume único.

O *Missale Romanum* de S. Pio V (*Missal* tridentino de 1570) era o que se chama um *Missal plenário*, compilação que juntava *Sacramentário*, *Leccionário* e *Antifonário* num volume único, e que só começou a ter existência numa época em que a Missa era considerada como acção só do celebrante, e em que nem se previa a presença do povo, (senão para dizer que este devia estar de joelhos durante toda a Missa, mesmo no Tempo Pascal, excepto ao Evangelho).

O *Missal plenário* é o testemunho de uma época de tristes recordações litúrgicas, que o concílio de Trento não só não conseguiu transpor, mas até ajudou a fixar de maneira imutável durante quatro séculos. O *Missal* de Paulo VI, de 1970, é testemunha de outra mentalidade totalmente oposta: é expressão de uma celebração comunitária, onde o presidente formula a oração (para isso tem o seu livro, o *Missal*), e o leitor e o salmista proclama as leituras e canta o salmo (e para isso tem também o seu livro, o *Leccionário*).

No caso da Missa em que o presidente, anormalmente, tenha de fazer de leitor, ele deverá então deslocar-se ao ambão ou estante para a leitura, e lá encontrará o livro que então há-de utilizar, o *Leccionário*. Não tenhamos a tentação de voltar à «Missa só do padre» e ao seu *Missal plenário* do século XIII!

Noticiário

1. Secretariado Nacional de Liturgia

Constituição do Secretariado

A equipa que forma presentemente o Secretariado é constituída pelos seguintes membros:

Aníbal de Oliveira Marques Ramos (Director), da diocese de Aveiro,
José da Costa Ferreira, do patriarcado de Lisboa,
Luciano Gomes Paulo Guerra, Reitor do Santuário de Fátima,
da diocese de Leiria,
António Manuel Pires, da diocese da Guarda,
José de Leão Cordeiro, da arquidiocese de Évora,
António Ferreira dos Santos, da diocese do Porto,
Luís Ribeiro de Oliveira, da diocese de Coimbra,
Manuel Pedrosa Ribeiro, da diocese de Leiria.

Esta equipa começou a reunir mensalmente desde Fevereiro de 1975, para estudar os temas propostos pela Conferência Episcopal, planear serviços a curto e a médio prazo e distribuir tarefas quer entre os seus membros quer entre os peritos mais qualificados para cada sector.

Textos litúrgicos

A) *Já publicados em tradução portuguesa desde o princípio da reforma iniciada depois do Concílio Vaticano II*

1. Para a Missa

- 1.1 *Missal (Apresentação Geral do Missal, só na 1.ª edição, Calendário, Ordinário e Orações. Destes textos, só o Ordinário tem, neste momento, carácter definitivo, podendo, no entanto, vir a ser revisto. Faltam ainda alguns textos).*
- 1.2 *Leccionário (todo completo).*

2. *Rituais*

- 2.1 *Celebração do Baptismo* (das crianças)
- 2.2 *Celebração da Penitência*
- 2.3 *Unção e Pastoral dos Doentes*
- 2.4 *Celebração do Matrimónio*
- 2.5 *Profissão Religiosa*
- 2.6 *Celebração das Exéquias*

3. *Pontifical*

- 3.1 *Celebração da Confirmação*
- 3.2 *Bênção dos Oleos dos Catecúmenos e dos Enfermos e Consagração do Crisma*
- 3.3 *Ordenação de Diácono, Presbítero e Bispo*
- 3.4 *Instituição de Leitor e Acólito*
- 3.5 *Admissão do Candidato à Ordem de Diácono e Presbítero*

B) *Em preparação*

1. *Para a Missa*

- 1.1 *Missal* (rever e completar todo o texto, a partir da 2.^a edição do «*Missale Romanum*» de Paulo VI, num só volume. O volume conterá ainda as novas Orações eucarísticas para as Missas com crianças e da Penitência).
- 1.2 *Leccionário*
 - 1.21 Obviar às lacunas deixadas pelos volumes esgotados.
 - 1.22 Preparar o texto definitivo, em vários volumes, mas não em fascículos.

2. *Rituais*

- 2.1 *Iniciação Cristã dos Adultos*
- 2.2 *Sagrada Comunhão e Culto Eucarístico fora da Missa* (em impressão)

3. *Liturgia das Horas*

A edição portuguesa da *Liturgia das Horas* ou Ofício Divino (outrora conhecido por *Breviário Romano*) deverá vir a público brevemente.

A sua apresentação foi estudada de modo a formar um só volume, à imitação do modelo mexicano. O volume é formado por uma parte central, fixa, e por cadernos a colocar lateralmente em dispositivo apropriado, destinados às leituras bíblicas e patrísticas.

2. Nova edição do «*Missale Romanum*»

Publicou-se a 2.^a edição do *Missale Romanum* e do *Graduale simplex*, preparada e aprovada pela Sagrada Congregação do Culto Divino.

A maior parte dos n.ºs 111-112 de *Notitiae* é dedicada à sua apresentação. Daí extraímos os dados que se seguem.

Esgotada a 1.^a edição do *Missale Romanum* e devendo preparar-se a sua reimpressão, foi considerado oportuno rever e completar algumas partes. Efectivamente, depois da publicação do Missal, deram-se certas intervenções particulares da autoridade, que têm também os seus reflexos no Missal. Sobretudo, a supressão do subdiaconado e a instituição dos ministérios, a edição dos ritos renovados dos Sacramentos, a publicação de documentos particulares sobre a Concelebração, sobre o nome do Bispo no Canon e sobre as Preces Eucarísticas.

3. A data da celebração da Páscoa

«Sinal manifesto e doloroso da divisão entre os cristãos é certamente a diversidade das datas da celebração litúrgica do mistério que é o coração da sua fé comum: a ressurreição de Cristo. Foi por isso que o movimento ecuménico muito naturalmente deu lugar a um esforço progressivo para a fixação da data da Páscoa em todas as confissões cristãs.

Depois da declaração oficial do Vaticano II sobre a revisão do calendário, que apareceu em apêndice da Constituição sobre a Liturgia (4 de Dezembro de 1963), apareceram muitas iniciativas, investigações, mensagens e documentos em favor de uma simplificação no cálculo da data pascal e da sua fixação relativa, fundada sobre o ciclo solar, de maneira a evitar o desequilíbrio proveniente de uma variabilidade demasiado grande (de 22 de Março a 25 de Abril) devido ao ciclo lunar» (Notitiae 115, p. 57).

Neste sentido, o Cardeal Willebrands, Presidente do Secretariado para a unidade dos Cristãos, enviou uma carta, com a data de 18 de Maio de 1975, aos Presidentes das Conferências Episcopais, onde afirma:

«Em 1977, todos os cristãos conforme as suas diferentes maneiras de contar, vão coincidir na celebração da Páscoa em 10 de Abril, no domingo seguinte ao segundo sábado de Abril. Ora, é precisamente este domingo que, nas declarações feitas por diversos chefes de Igrejas e nas declarações de diversos grupos cristãos autorizados a estudar esta questão, parece ser mais frequentemente apontado como a data mais indicada para a celebração da Páscoa.

Em nome do Santo Padre, proponho que, a partir de 1977, a Páscoa seja sempre celebrada no domingo seguinte ao segundo sábado de Abril.

A solução proposta não é a imposição de uma tradição a qualquer outra; poderia antes ser a expressão de um acordo a que o Espírito Santo nos teria conduzido, em obediência aos Padres do primeiro Concílio Ecuménico, que queriam, antes de tudo, a unidade de todos na celebração da ressurreição do Senhor».

São mantidos contactos neste mesmo sentido com o Conselho Ecuménico das Igrejas; igualmente se pede às Igrejas que tenham razões em contrário desta proposta queiram dizer se se opõem a que a Igreja católica fixe a data da Páscoa no domingo acima indicado. (Notitiae 115, p. 59-60).